

Degradção ameaça Vicente Pires

FOTOS: CRISTIANO MARIZ

Invasão de área protegida coloca em risco todo o meio ambiente da região

JAIRO VIANA

Matas ciliares derrubadas, nascentes drenadas para construção de casas, moradias erguidas dentro do brejo e a menos de 50 metros do leito do córrego e prédios de até seis andares, sem alvará de construção, sem rede de esgoto e com água de poços artesianos.

Este é o caótico quadro ambiental que os fiscais do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Terracap e da Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) vão encontrar nas terras do governo federal, em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia. Uma valorizada área localizada entre o Guará e Taguatinga, totalmente grilada por especuladores imobiliários.

Em conjunto, os fiscais prometem realizar uma operação pente-fino no local, nos próximos dias, tão logo concluam a que vêm executando na região do Setor Habitacional Taquari, no Lago Norte.

No Taquari, os fiscais já notificaram 53 construções irregulares, inclusive mansões situadas nos condomínios Privê I e II, às margens do Lago Paranoá. As casas que agredem o meio ambiente estão sujeitas a demolição ou seus donos a recuperar a área degradada.

"A operação está sendo planejada e não sabemos ainda o dia em que será deflagrada. Vamos proteger os locais de preservação permanente inseridos na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto, assegura o chefe da Fiscalização do Ibama-DF, Antônio Wilson. Ele acredita que a operação nas três etapas do Taquari dure 15 dias.

Segundo Wilson, as construções da Chácara 43, situadas à beira do córrego Vicente Pires, foram embargadas na terça-feira. "Os fiscais do Ibama determinaram a paralisação das obras e retiraram as cercas existentes no local", afirma.

Os fiscais do Ibama vêm atuando, desde a criação da APA do Planalto, em 2002, em toda a região oeste de Brasília. Os locais mais críticos de invasões e degradação ambiental são a área do antigo Acampamento do MST 26 de Setembro, onde está hoje a Floresta Nacional (Flona); a Colônia Agrícola Samambaia e as chácaras situadas às margens do córrego Vicente Pires.

As áreas onde as nascentes estão drenadas ficam nas chácaras 33 e 32, cujos loteamentos chegam a menos de 50 metros do leito do córrego.

DESvio - Uma das nascentes, inclusive, forma uma grande poça de água corrente, na rua em frente à chácara 32, com risco para a saúde dos moradores das redondezas. E o leito do córrego foi desviado nos fundos da chácara 35, para aumentar a área do morador da margem esquerda, do lado do Jockey Clube.

"Estamos impossibilitados de utilizar a água das cisternas, pois tememos contaminação. Tomamos apenas água mineral", garante a dona de casa Albertina Costa, moradora do condomínio Recanto dos Pássaros, na chácara 33.

Ela conta que comprou o lote por R\$ 20 mil, há mais de um ano. Construiu a casa, onde mora com a família, e aguarda o processo de regularização ciente de que terá que pagar novamente pelo imóvel, que pertence à União.

O presidente da Associação Comunitária do Vicente Pires, Dirsomar Chaves, reconhece a importância da fiscalização do Ibama, Terracap e Gerência Regional do Patrimônio da União, para manter a preservação ambiental do Setor Habitacional.

"Acredito no diálogo com as autoridades. E também na sensibilidade social do gerente regional do Ibama, Francisco José Palhares, e do gerente do GRPU, Carlos Otávio Guedes, para darem uma solução de consenso. Por isso, vejo com tranquilidade a operação que será desencadeada por fiscais dos três órgãos", diz.

Paralelamente à fiscalização, Dirsomar reivindica, em nome dos cerca de 28 mil moradores que ocupam aproximadamente seis mil imóveis, o programa de regularização fundiária das terras do Vicente Pires e da Colônia Agrícola Samambaia.

O dirigente da associação acredita que a operação pente-fino abrangerá em torno de 100 famílias, que moram em áreas de preservação ambiental. O problema maior a ser enfrentado no local são os cerca de 30 prédios em fase de edificação, sem alvará de construção.



Nascente forma poça de água em frente à chácara 32. Fiscais vão fazer operação pente-fino nas invasões de Vicente Pires

Morador confia na regularização



Prédios estão surgindo onde era para ser uma colônia agrícola. Já são 30 no lugar de plantações

Após a regularização da área, o governo terá que encontrar formas de instalar infra-estrutura urbana no local. Não só levar água tratada para os moradores como construir redes de esgotamento sanitário, de forma a não comprometer os dois mananciais hídricos que cortam a região, o Vicente Pires e o córrego Samambaia.

Outra questão difícil de

ser administrada vai ser o preço dos lotes. Os moradores querem a cobrança pelo valor da terra nua, ou seja, sem as benfeitorias urbanas. No entanto, após a legalização, o governo terá que instalar redes de energia elétrica, de água tratada, de esgoto e de captação das águas das chuvas e instalar asfalto nas ruas esburacadas. Tudo tem um custo.

Quando adquiriram os lotes nas mãos de grileiros, os compradores sabiam que a terra pertencia à União.

À época, a área era administrada pela Fundação Zoobotânica, que fez contrato de arrendamento com os chacreiros, com a finalidade de plantarem frutas e hortaliças no local. Os arrendamentos foram feitos no governo de José Aparecido no GDF.



Albertina, que mora em chácara: "Temos medo de usar a água"